

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CLAUDINEI CLEMENTE

FRACASSO ESCOLAR: SINÔNIMO DE POBREZA?

CURITIBA

2016



CLAUDINEI CLEMENTE

FRACASSO ESCOLAR: SINÔNIMO DE POBREZA?

Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, do Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Sonia Cristina da Silva

Curitiba

2016

Fracasso escolar: sinônimo de pobreza?

Claudinei Clemente

RESUMO

A evasão, repetência, baixo nível de aprendizado ou de envolvimento com as atividades didáticas propostas são frequentemente vistos como fatores de estigmatização dos alunos, ou elementos denunciadores do fracasso escolar. Costumam-se criar modelos de aluno ideal, que excludentes, dificultam cada vez mais a possibilidade de o aluno apropriar-se dos conhecimentos escolares e sentir-se integrado a sociedade. Muitas vezes não há reflexão dos processos sociais, históricos, culturais, econômicos e políticos, além das relações interpessoais e didáticas que envolvem o processo ensino-aprendizagem e seu conseqüente sucesso ou fracasso. Nesse sentido, esse estudo propõe-se a verificar se o fracasso escolar se reproduz por meio da pobreza, visto que a comunidade escolar pesquisada apresenta altos índices de repetência e são filhos de trabalhadores assalariados. Para tanto, aplicou-se avaliações diagnósticas com conteúdo baseado na Prova Brasil, em que o aluno do 7º ano deveria dominar totalmente esses conhecimentos, considerando a proficiência estabelecida pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) e, a partir dos resultados obtidos, selecionou-se três alunos que apresentaram os menores desempenhos, seguida da verificação de suas condições socioeconômica. A avaliação diagnóstica aplicada propunha interpretação de texto, resolução das quatro operações e raciocínio lógico-matemático. Concluiu-se que, dos três alunos com menor desempenho, todos tem renda familiar de um salário mínimo, sendo todos repetentes pelo menos uma vez até a série que se encontram.

Palavras chaves: Educação, Fracasso escolar, Pobreza, Escola Pública.

1. INTRODUÇÃO

No Brasil a desigualdade social é expoente do desafio histórico de uma herança de injustiça que exclui parte significativa de sua população do acesso a condições mínimas de dignidade e cidadania.

A carência financeira acarreta uma segregação social onde o indivíduo fica exposto à privação das condições básicas na saúde, alimentação e cultura. O salário mensal é corroído pelas despesas decorrentes da alimentação,

energia elétrica, abastecimento de água, vestuário, sendo essas despesas decorrentes do dia-a-dia da família.

As ações de combate à pobreza são desencadeadas pela sociedade ou pelo governo. De acordo com Rocha (2005) existem duas classificações para pobreza: a pobreza absoluta e a pobreza relativa. A pobreza absoluta é a incapacidade de satisfação das necessidades básicas, de subsistência. A pobreza relativa é a dificuldade em viver com o padrão de qualidade de vida.

Segundo o decreto nº 8.232, de 30 de abril de 2014 que rege o Programa Bolsa Família define -se as condições de pobreza e de extrema pobreza, baseando-se pela renda familiar mensal per capita, onde até R\$ 154,00 (cento e cinquenta e quatro reais) por pessoa refere-se a pobreza e R\$ 77,00 (setenta e sete reais) mensais por familiar, como aqueles que vivem em extrema pobreza. (BRASIL, 2014).

O termo “linha da pobreza”, instituído pelo Banco Mundial (ROCHA, 2005) é utilizado para descrever o nível de renda o qual a pessoa não tem condições para sobreviver com condições dignas. Assim, o Programa de Merenda Escolar, uma das políticas educativas vigentes no Brasil determina como estratégia para combater a carência nutricional dos alunos, visto que carências nutricionais se apresentam como obstáculos para o aprendizado, comprometendo os aspectos físicos e psicológicos.

O termo fracasso escolar apresenta diversas dimensões: políticas, históricas, socioeconômicas, ideológicas, institucionais e pedagógicas. Apesar de amplo, o tema é pouco indagado no cotidiano dos profissionais da educação. Conforme estudos de SANTO (2014) um dos motivos do fracasso escolar é a falta do acompanhamento da família na vida escolar dos seus filhos. Assim, torna-se pertinente a análise social dos alunos de uma turma de 7º ano com baixo rendimento escolar de uma instituição de Ensino Fundamental da cidade de Mafra, Santa Catarina. Com o intuito de verificar se o fracasso escolar se reproduz por meio da pobreza, aplicou-se avaliações diagnósticas com conteúdo baseado na Prova Brasil¹, onde o aluno do 7º ano deveria dominar totalmente esses conhecimentos, considerando a proficiência

¹ Prova Brasil – Avaliação aplicada a todos os alunos de 5º ano no ano de 2015.

estabelecida pelo INEP². Além disso, a partir dos resultados obtidos verificou-se a condição socioeconômica dos três alunos com menores índices decorrentes da avaliação diagnóstica. A avaliação diagnóstica aplicada propunha interpretação de texto, resolução das quatro operações e raciocínio lógico-matemático.

A classe do 7º ano possui 24 alunos, sendo que 10 meninas e 14 meninos. De todas as classes da escola é a que mais teve reprovações no ano de 2015.

O artigo foi organizado em tópicos, sendo o primeiro sobre a desigualdade social e o fracasso escolar almejando delinear o percurso da pesquisa e orientar a centralidade temática. Busca-se nesse momento conceituar o que é pobreza e fracasso, suas relações e consequências no espaço escolar.

Em seguida, descreveu-se a conjuntura da educação brasileira na democratização e os apontamentos das especificidades político-pedagógicas da década de oitenta até a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – LDB, tratando de destacar as questões da universalização do acesso a escola e suas consequências, uma vez que a “escola para todos” implica no acolhimento de todas as pessoas, inclusive os marginalizados economicamente.

No terceiro tópico, apresentou-se as políticas e possibilidade de enfrentamentos da situação de fracasso escolar sendo analisada a nível federal, estadual e aplicação no âmbito municipal. Por fim, dissertou-se sobre a metodologia usada, a análise dos dados e as considerações finais do artigo.

2. DESIGUALDADE SOCIAL E O FRACASSO ESCOLAR

A desigualdade de renda é ressaltada por indicadores obtidos por Pochmann e Cols (2004) revelando que de cinco mil famílias mais ricas do Brasil representam o equivalente a 0,001% das famílias brasileiras, e possui 40 % do produto interno bruto. Na outra extremidade, das 34 milhões de pessoas

² Inep - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio

entre quinze e vinte e quatro anos de idade, 40 % vivem em situação de extrema pobreza. Embora, a condição de extrema pobreza tenha sido reduzida de forma drástica no Brasil, com o Bolsa Família, os patamares de opostos, considerando a desigualdade social, ainda é grande.

O conceito de pobreza está associado a fenômenos sociais complexos. De forma rudimentar pode ser interpretado como “a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada” (ROCHA, 2006, p. 09). São muitas as abordagens que buscam conceituar e medir a pobreza, sendo a de Rocha (2006) a difusão daquilo cujo foco é o confronto entre a pobreza absoluta e a relativa; a que emprega como critério definidor a renda e que vai dimensionar a pobreza a partir das necessidades básicas do cotidiano

O conceito de pobreza absoluta evidencia questões que colocam em risco a sobrevivência física, pelo não acolhimento às necessidades básicas diárias; enquanto que a pobreza relativa “define necessidades a serem satisfeitas em função do modo de vida predominante na sociedade em questão, o que significa incorporar a redução das desigualdades de meios entre indivíduos como objetivo social” (ROCHA, 2006, p. 11).

Assim, a subjetividade que cerca o indivíduo em situação de vulnerabilidade social caracteriza-se pelas necessidades básicas geradas no cuidado de situar no contexto socioeconômico e histórico o fenômeno da pobreza, visto que as necessidades “nutricionais” de sobrevivência também são construídas socialmente, não são dados simplesmente fisiologicamente determinados.

O impacto da pobreza no desempenho escolar se explica pelo contexto cultural dos alunos de famílias de baixa renda. Uma criança que não tem acesso a jornais e livros em sua casa, que tem poucas oportunidades de usufruir de atividades culturais e cujos pais não concluíram o ensino fundamental terá necessariamente um desempenho escolar inferior ao de outras crianças que vivem em um contexto social mais favorável. (ANDREWS, 2011, p. 1).

O fracasso escolar não é intrínseco aos discentes, mas diz respeito às relações sociais, ou seja, diz respeito a como a comunidade escolar se constitui e se relaciona entre si, com a sociedade mais ampla e com o Estado. Diz respeito às relações de poder entre grupos sociais.

Além disso, de acordo com Patto (1999), na obra “A Produção do Fracasso Escolar: histórias de submissão e rebeldia” é preciso romper com os ideais liberais que foi difundido na sociedade capitalista que vivemos que atribuem o sucesso do indivíduo ao mérito próprio, esforço de cada um e quem não o consegue é porque não se esforçou o bastante, pois as oportunidades são iguais para todos.

Segundo Almeida e colaboradores (1995, p. 117), justificar o fracasso escolar pela deficiência, "é mais uma mística ideológica que mascara e omite, no interior da escola, as relações sócio-histórico-culturais da vida concreta dos indivíduos e de seu grupo familiar".

A Lei de Diretrizes e Bases - LDB promulga a igualdade de condições para acesso e permanência na escola, liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber, assim como a educação – é dever da família e do Estado - inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, têm por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1996)

Os fatores do fracasso escolar, como evasão, repetência, baixo nível de aprendizado ou de envolvimento com as atividades didáticas propostas são frequentemente fatores de eliminação e estigmatização dos alunos. Costumam-se criar um modelo de aluno ideal que exclui os que não se enquadram no sistema, muitas vezes não havendo reflexão dos processos sociais, históricos, culturais, econômicos e políticos, além das relações interpessoais e didáticas que envolvem o processo ensino e aprendizagem e seu conseqüente sucesso ou fracasso.

“Repensar a sociedade exige que, no mínimo se tenha conhecimento sobre ela” (NAGEL, 1989, p.10). De acordo com Carvalho (1997, p. 12), o fracasso escolar está direcionado ao erro, pois:

Quando associamos erro e fracasso, como se fossem causa e consequência, por vezes nem sequer percebemos que, enquanto um termo – o erro – é um dado, algo objetivamente detectável, por vezes, até indiscutível, o outro - o fracasso – é fruto de uma interpretação desse dado, uma forma de o encararmos e não a consequência necessária do erro [...] a primeira coisa que devemos examinar é a própria noção de que erro é inequivocamente um indício de fracasso. A segunda questão intrigante é que, curiosamente, o fracasso é sempre o fracasso do aluno.

O erro é repetidamente comitente a repetição sem sua abordagem ou possíveis enfrentamentos. Sendo analisado em fatos pontuais sem a devida atenção, a escola proporciona de maneira iníqua a sua repetição devido a fatores econômicos ou de vulnerabilidade social do aluno. A escola não deve criar indivíduos apáticos, desanimados ou desmoralizados “[...] Não há pior fracasso escolar que produzir alunos com tão baixa autoestima” (ROVIRA, 2004, p.83). A baixa estima dos alunos propicia resultado pior que o fracasso escolar, pois o rotula como um indivíduo que não consegue superar as dificuldades.

Os sonhos de futuro dos alunos nem sempre são representados e vislumbrados no ambiente escolar, sendo que a escola mais segrega que incorpora com respeito a realização dos anseios pessoais dos alunos. Uma forma de segregação é a avaliação, pois busca-se somente o mérito quantitativo e não mensuração da aprendizagem. O aluno que não atingiu a média por exemplo, pode ter aprendido em critérios qualitativos da informação mais que o aluno com a melhor nota naquele pleito. Assim: “a avaliação educativa não é classificação ou a retenção de alunos, [...] e assimilação do saber pelo educando, junto com as dificuldades que este encontra, bem como os fatores que determinam tais dificuldades, com vistas à adoção de medidas corretivas da ação. ” (PARO, 2001, p. 39).

Quando se menciona o fracasso escolar, paralelamente a esse termo ocorre o fracasso da família no acompanhamento da situação. Para a legislação vigente, é dever do estado e da família proporcionar a educação formal ao educando. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, “toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da família”. (BRASIL, LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990).

Os problemas de aprendizagem e de adaptação dos alunos à escola são explicados como consequência de diferentes fatores de ordem individual, tais como:

Dificuldades orgânicas; características individuais de personalidade; capacidade intelectual ou habilidades perceptivo-motoras; problemas afetivos e vivenciais; comportamentos inadequados; carências psicológicas e culturais; dificuldades de linguagem; desnutrição; despreparo para enfrentar as tarefas da escola; falta de apoio da família; desagregação familiar. (ZONTA e MEIRA, p. 207, 2007).

Um dos méritos da educação brasileira é a universalização de acesso à escola. Por outro lado, o dilema a ser superado é o fracasso escolar. Historicamente pode-se apontar avanços e retrocessos nesse processo, parte dessa história situa-se na democratização da educação brasileira, assunto que será tratado a seguir.

2.1. EDUCAÇÃO BRASILEIRA NA REDEMOCRATIZAÇÃO

Após décadas de ditadura militar (de 1964 a 1984), a população brasileira vislumbrava um novo momento político com a redemocratização política, pois, no anseio econômico a inflação corrompia os salários, mas era o momento de transformação das estruturas das décadas anteriores.

A forte crise econômica e política vivenciada no Brasil até meados da década de 1980 proporcionou o movimento dos educadores. O momento tornou-se propício as mudanças. O Estado de direitos constitucionais, incluindo a educação estava em evidência no panorama político e institucional, assim, reivindicavam nova legislação educacional.

A estrutura implantada pelos militares de censura, cerceamentos de ideias e a manipulação da educação tomava novos direcionamentos e se adequava aos rumos que a política do país tomava na redemocratização:

Esses movimentos provocaram um repensar sobre a educação através das 'teorias críticas', o que permitiu superar a 'esterilização intelectual' fortemente instalada pelas práticas tecnicistas. A grande maioria dos educadores mobilizou-se para repensar o novo papel da educação. Em consequência, argumentam sobre a necessidade de um educador com consciência política e esta deveria fazer parte do processo de formação científica e didático-pedagógica deste profissional. (MORAES, 2003, p. 23).

O movimento visando à valorização do magistério e da escola também necessitava de reformulação devido ao enfraquecimento que sofrera nos anos da ditadura. Os sindicatos da classe educacional durante os anos de chumbo e outras categorias foram aniquilados. Pessoas com ideais contrários aos militares foram presos ou exilados. A liberdade de expressão após a ditadura deveria ser reconquistada. Os dilemas educacionais estavam à tona dos

discursos, mas precedia de modificações da esfera política para que fossem concretizados.

Incidiam-se dois discursos no contexto histórico da educação: de um lado o movimento dos educadores que exigiam políticas educacionais que enfatizassem a democratização escolar mediante a universalização do acesso e centralizadas na formação do cidadão, e por outro, reivindicava-se a superação da dívida social com a educação. (CAMPOS, 2002)

O governo Sarney em 1985, como forma de promover as ações do governo perante a educação, lançou o dia nacional de debate sobre a educação básica, chamado Dia D da Educação. Todas as escolas, principalmente as escolas públicas, deveriam discutir a escola que temos e a escola que queremos. (CARVALHO, 1997).

Apesar das metas e objetivos, percebe-se que os dilemas referentes à educação aumentaram consideravelmente. Mas as dificuldades, tanto da escola quanto dos educandos passaram a ser discutidos, evidenciando que a educação se transforma com quando pensada coletivamente.

A educação passou por reformas, que permitiu a abertura para a discussão de temas importantes, assim como a implantação de políticas que apontou à melhoria dos sistemas públicos de ensino.

2.2. UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO A ESCOLA E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Uma das características da educação brasileira no final do século XX e no século XXI é a massificação do acesso ao ensino fundamental e médio. Na universalização do acesso busca-se primeiramente, o aumento de matrículas em detrimento a aprendizagem da cognitiva.

De 1940 a 1960 segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a dimensão de números de educandos no ensino fundamental e médio aumentou de 21% para 31%. As matrículas aumentaram a um ritmo maior do que o da população em idade escolar. A magnitude chegou a 58% em 1978 e a 86% em 1998. Assim, Araújo (2005) define:

no que diz respeito ao direito à educação, é fazer com que ele seja, além de garantido e efetivado por meio de medidas de universalização do acesso e da permanência, uma experiência enriquecedora do ponto de vista humano, político e social, e que consubstancie, de fato, um projeto de emancipação e inserção social. Portanto, que o direito à educação tenha como pressuposto um ensino básico de qualidade para todos e que não (re) produza mecanismos de diferenciação e de exclusão social (ARAÚJO, 2005, p.16-17)

A universalização de matrículas reduziu a taxa de analfabetismo formal, apesar da manutenção e ascensão do índice na atualidade, para os analfabetos funcionais.

Campos (2002, p.7), ao tratar do analfabeto funcional, explicita que este se define pela “incapacidade de a pessoa compreender a palavra escrita. Conseguem ler, mas não entendem o que aquilo significa”. Estudos apontam que 38% dos brasileiros são considerados analfabetos funcionais, ou seja, não conseguem empregar a leitura e a escrita na vida cotidiana. Configurando o fracasso escolar.

Cordié (1996) levanta a hipótese de que a ampliação do acesso à escola produziria o surgimento do fenômeno do fracasso escolar. Assim ocorre uma distorção dos anseios da escola para os educandos.

O Brasil é um dos nove países que apresentaram as maiores taxas de analfabetismo no mundo, nesse sentido, a preocupação com a qualidade do ensino revela-se como fundamental configurando a necessidade de implantação de programas educacionais para o alcance de níveis desejáveis de aquisição de conhecimentos.

2.3. POLÍTICAS E POSSIBILIDADES DE ENFRENTAMENTO DA SITUAÇÃO DE FRACASSO ESCOLAR

A história da educação no Brasil demonstra a produção do fracasso escolar, inferindo que as reformas educacionais não possuem o efeito desejado. Embora, ao longo do último século, a escola tenha junto aos seus autores, buscado a democracia, abrindo seus portões para receber a diversidade dos alunos, avaliando suas competências, e investindo na

formação de professores, pouco são os avanços constatados no que se refere aos resultados e/ou desempenhos escolares.

Atualmente a política pública existente para o enfrentamento do fracasso escolar divide-se a nível federal, estadual e municipal.

Os programas aplicados na escola visando o combate ao fracasso escolar a nível estadual com parceria ou financiamento federal são: O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC consiste em um conjunto de ações integradas de programas, materiais e referências curriculares e pedagógicas disponibilizados pelo MEC e que contribuem para a alfabetização e o letramento. O programa baseia-se em 4 eixos principais: a formação continuada de professores alfabetizadores; materiais didáticos e pedagógicos; avaliações; e gestão, controle social e mobilização.

O Departamento de Políticas Educacionais elaborou no ano de 2005 um documento sobre o Fracasso escolar no Brasil: Políticas, programas e estratégias de prevenção ao fracasso escolar, com ações para as três esferas: federal, estadual e municipal, alimentando ainda, o incremento de ações pontuais da escola.

O Documento pontua ações que já são empregadas nas instituições de ensino visando o combate tanto da evasão, quanto do fracasso escolar. Consta no documento o Programa Nacional do Livro Didático, Programa Dinheiro Direto na Escola, as políticas de formação, profissionalização e valorização docente, Programas Nacionais de Transporte Escolar, entre outros. Todos os programas têm o objetivo de enfrentar e/ou prevenir o fracasso escolar e são contemplados pela escola selecionada para essa pesquisa.

Além disso, o Programa de Combate à Evasão Escolar (APOIA) visa a garantir a permanência na escola de crianças e adolescentes de 4 a 17 anos. Implantado em 2001, o Programa APOIA promove em cada Município catarinense a integração entre as Promotorias de Justiça da Infância e Juventude, os Conselhos Tutelares e as Escolas que ofertam a Educação Básica no Estado, assim como a Secretaria Municipal e a Gerência Regional de Educação, a rede de saúde e de assistência social local. O professor regente informa quando o aluno possui 5 faltas consecutivas ou sete alternadas a coordenação pedagógica, para que entrem em contato com os responsáveis dos alunos verificando o porquê das faltas e buscando o retorno ou redução

das faltas do educando. Na incapacidade do contato com os responsáveis, é acionado o Conselho Tutelar para as medidas cabíveis.

3. METODOLOGIA

O estudo propôs-se a verificar se o fracasso escolar se reproduz por meio da pobreza, visto que a comunidade escolar pesquisada apresenta grandes índices de repetência e são filhos de trabalhadores assalariados. Para tanto, selecionou-se no Município de Mafra-Santa Catarina, uma escola de ensino fundamental que apresenta baixos índices de rendimentos e altos de reprovação.

Em observação das turmas e conseqüentemente em conversa com a equipe pedagógica, optou-se em aplicar avaliações diagnósticas com conteúdo baseado na Prova Brasil, para uma turma de 7° ano.

O conteúdo apresentado na avaliação diagnóstica destinava -se em verdade ao 5° ano, por isso o pressuposto era de que todos os alunos dominassem totalmente esses conhecimentos, considerando a proficiência estabelecida pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). A avaliação diagnóstica aplicada propunha interpretação de texto, resolução das quatro operações e raciocínio lógico-matemático.

A partir dos resultados obtidos na avaliação diagnóstica, selecionou-se três alunos que apresentaram os menores desempenhos, seguida da verificação de suas condições socioeconômica.

A tabulação dos resultados retomou o objeto de estudo, que implicou na descoberta se o fracasso escolar é sinônimo de pobreza. A partir da renda das famílias, escolaridade, número de membros que moram na residência, grau de instrução, entre outros – dados encontrados na documentação da secretaria escolar, e através de contribuições da equipe pedagógica sobre a condição socioeconômica destas famílias, destacou-se três alunos com mínimos desempenhos e enquadrados com pobres. Coletou-se assim, os dados para as tabulações e posteriormente, as análises

QUADRO 1 – RESULTADO DAS AVALIAÇÕES

Aluno	Nota obtida na avaliação	Renda familiar	Número de pessoas que moram na residência	Grau de instrução dos pais
A	2	R\$ 880.00	8	4ª série
B	3	R\$ 880.00	7	4ª série
C	3	R\$ 880.00	6	4ª serie

Fonte: Quadro elaborado pelo pesquisador e orientadora.

4. ANÁLISE DOS DADOS

Dos três alunos selecionados a partir de suas condições e desempenhos que constituíram o objeto da pesquisa, todos repetiram a série/ano, quando cursaram pela primeira vez o 7º ano. Apesar de estarem novamente na mesma série e, portanto, revendo os conteúdos, são eles os que apresentaram menores desempenhos na avaliação, sendo das dez questões propostas sobre interpretação e resolução de problemas, os maiores resultados os dos alunos B e C que acertaram três das questões propostas. O aluno A acertou apenas duas questões o que significa que apesar de preconizado pelo INEP, de ter sido aplicado um conteúdo para série anterior – já que o conteúdo da prova era direcionado aos 5º anos, e todos os alunos terem visto o mesmo conteúdo novamente nesse ano, ainda assim, não dominam o mínimo desses conhecimentos.

Não podendo descartar as nuances da pesquisa e sua subjetividade, quando se trabalha com dados humanos há que se considerar que todo resultado extrapola as causas do fracasso. Para Maciel (2006, p.123), no fracasso escolar fica evidente que os problemas, “ultrapassam os limites da ação educativa, e devem ser vistos e solucionados no quadro de suas determinações sociais, políticas, econômicas e ideológicas”.

Outra conclusão é que a reprovação não surtiu efeito de melhora do aprendizado. Já que os alunos não demonstram domínio dos conteúdos. Outro fator a ser considerado é que de acordo com equipe pedagógica, não há nenhuma alteração na metodologia de ensino dos professores, que geralmente

são os mesmos para a série de referência, sendo o analfabetismo funcional uma realidade da escola.

A renda familiar dos três alunos é de 880.00 reais por mês. Considerando a renda per capita dos membros da família descrita abaixo, ou seja, o salário dividido pelo número de pessoas que compõem a família.

Tabela 2: situação social familiar

Aluno	Membros da família	Renda familiar	Renda per capita mensal	Renda per capita diária
A	8	R\$ 880.00	R\$ 110.00	R\$ 3.66
B	7	R\$ 880.00	R\$ 125.71	R\$ 4.19
C	6	R\$ 880.00	R\$ 146.66	R\$ 4.88

Fonte: Quadro elaborado pelo pesquisador e orientadora.

A situação social representada na tabela infere que as três famílias se encontram na linha social da pobreza. Somente um familiar possui renda mensal e embora, não tenha sido coletado nesta pesquisa um fator importante que seria o levantamento sobre a moradia., sabe-se que o comprometimento com o pagamento de aluguel, demonstra, sem sombras de dúvidas, a precariedade que qualquer dessas famílias sobrevivem.

Outro fator interessante, levantado em diálogo com a equipe é que os três alunos possuem irmãos que também já reprovaram. Os pais de dois desses alunos não concluíram a quarta série do ensino fundamental e possuem empregos vulneráveis que exigem baixa qualificação profissional. Nesse sentido, conclui-se que o fracasso escolar pode ser sinônimo de pobreza, contudo, políticas públicas e ações de cunho pedagógico e humano podem contribuir para o enfrentamento dessa situação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a pesquisa tenha revelado que todos os alunos “fracassados” do 7º ano são pobres e vivem em condição de vulnerabilidade, não se pode enquanto docente ou responsável pelo processo de escolarização posicionar-

se de forma imutável frente a exigências que este estudo revelou. A realidade complexa e dolorosa em que sobrevivem essas crianças demanda algumas ações que podem ser organizadas pela gestão pedagógica da escola junto a comunidade escolar.

O fracasso escolar não deve ser interpretado como o fracasso somente do aluno, mas, como um conjunto de fatores culturais, políticos e sociais.

Nesta perspectiva, alunos em condição de vulnerabilidade social necessitam de uma educação de qualidade visando o alcance dos seus anseios pessoais, com iguais oportunidades, dentro dos parâmetros de universalização do ensino/aprendizagem, e, portanto, também de condições dignas de sobrevivência.

Nas políticas educacionais observou-se que embora os mecanismos de intervenção do Estado sejam considerados universais e igualitários no discurso, na prática acabam adquirindo uma lógica perversa. Os próprios princípios pensados para a promoção da igualdade da educação para todos, acabam por gerar a desigualdade e a exclusão, como por exemplo a progressão automática.

REFERÊNCIA

ALVES, W. J. M. **Financiamento e políticas públicas para a Educação Profissional no Paraná**). Dissertação de Mestrado, 2009, UFPR. Disponível em <www.nupe.ufpr.br/wilson.pdf>, acesso em 24 de setembro de 2016.

ANDREWS, C. **Pobreza é o principal fator que influencia o desempenho escolar**. Disponível em <https://cienciassociaisunifesp.files.wordpress.com/2011/07/andrews_press_release_2011.pdf> Acesso em 14 de nov. de 2016.

ARAÚJO, G. C. **Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação**. Revista Brasileira de Educação. Nº 28. Jan /Fev /Mar /Abr 2005.

CAMPOS, S. **As “perdas invisíveis” provocadas pelo analfabetismo funcional nas empresas**. Valor Econômico. São Paulo. p.07. 23 de abr. 2002.

CARVALHO, J. S. F. de. **As noções de erro e fracasso no contexto escolar: algumas considerações preliminares**. In: AQUINO, Julio Groppa. Erro e

fracasso na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1997, p 11-24.

CUNHA, L. A. **Educação, Estado e Democracia no Brasil** – 4º ed. – Niterói, RJ: EdUFF, 2001.

MACIEL, F. I. P. **Pais e filhos diante do fracasso da alfabetização** In: GOMES, Maria de Fátima Cardoso; SENA, Maria das Graças de Castro. (Orgs.) **Dificuldades de Aprendizagem na Alfabetização**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

MORAES, S. P. G. de. **Retrospectiva Histórica da disciplina de Prática de Ensino no Curso de Pedagogia: focalizando a década de 1980**. In: Anais do IV Seminário de Prática de Ensino. Organização de Maria Inalva Galter. Cascavel: EDUNIOESTE, 2003.

NAGEL, L. **Avaliação, Sociedade e Escola: fundamentos para reflexão**. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação do Paraná, 1989.

OLIVEIRA, D. A. **Educação Básica: gestão do trabalho e da pobreza**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

_____ **As políticas educacionais no governo Lula: rupturas e permanências**. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBPAAE), Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 197-209, mai./ago. 2009

PATO M. H. S. **A Produção do Fracasso Escolar: histórias de submissão e rebeldia**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

PARO V. H. **Reprovação Escolar: renúncia à educação**. São Paulo: Xamã, 2001.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil: afinal do que se trata?** RJ: FGV, 2006.

POCHMANN, M; BARBOSA, A; CAMPOS, A; AMORIN, R e ALDRIN, R. (orgs). **Atlas da exclusão social: a exclusão no mundo**. v4. São Paulo: Cortez, 2004.

ROVIRA, J. M. P. **Educação em Valores e Fracasso Escolar**. In: MARCHESI, Álvaro; GIL, Carlos Hernández & Colaboradores. **Fracasso Escolar: uma perspectiva multicultural**. Porto Alegre: Artmed, 2004, p 82-90.

ZONTA, C. e MEIRA, M. E. M. **Representações sociais de professores sobre o fracasso escolar**. Educere ET Educare: revista de educação, v.2, n.4, julho- dezembro, 2007, p. 205-217

Rocha, S. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?** (2a ed.). Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2005.

SANTO; L do E. **Família e fracasso escolar: algumas aproximações**. Artigo de conclusão de curso em Pedagogia. Universidade Estadual de Maringá Maringa, 2014.

Disponível em <http://www.dfe.uem.br/TCC-2014/lucimar_espiritos.pdf> acesso em 12 de out. de 2016

Escola Estadual de Ensino Fundamental Estadual Cristo Rei- Mafra/SC
Nome:
Série/ ano: Turma:Data:/...../2016

Avaliação diagnóstica - Língua Portuguesa e Matemática

Texto 1

EVA FURNARI

Uma das principais figuras da literatura para crianças. Eva Furnari nasceu em Roma (Itália) em 1948 e chegou ao Brasil em 1950, radicando-se em São Paulo. Desde muito jovem, sua atração eram os livros de estampas – e não causa estranhamento algum imaginá-la envolvida com cores, lápis e pincéis, desenhando mundos e personagens para habitá-los...

Suas habilidades criativas encaminharam-na, primeiramente, ao universo das Artes Plásticas expondo, em 1971, desenhos e pinturas na Associação dos Amigos do Museu de Arte Moderna, em uma mostra individual. Paralelamente, cursou a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, formando-se no ano de 1976. No entanto, erguer prédios tornou-se pouco atraente quando encontrou a experiência das narrativas visuais.

Iniciou sua carreira como autora e ilustradora, publicando histórias sem texto verbal, isto é, contadas apenas por imagens. Seu primeiro livro foi lançado pela Ática, em 1980, *Cabra-cega*, inaugurando a coleção *Peixe Vivo*, premiada pela Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil –FNLIJ.

Ao longo de sua carreira, Eva Furnari recebeu muitos prêmios, entre eles contam o Jabuti de "Melhor Ilustração" –Trucks (Ática, 1991), *A bruxa Zelda e os 80 docinhos* (1986) e *Anjinho* (1998) –setes láureas concedidas pela FNLIJ e o Prêmio APCA pelo conjunto de sua obra.

FONTE: http://lcaracal.imaginaria.cam/autog_rafas/evafurnari/index.html

1) No trecho “Ao longo de sua carreira, Eva Furnari recebeu prêmios, entre eles contam o Jabuti”, a palavra destacada refere-se a:

- (A) lápis. (B) livros. (C) pincéis. (D) prêmios.

2) A frase que contém uma ideia de tempo é:

- (A) “Eva Furnari nasceu em Roma. ” (B) “radicando-se em São Paulo. ”
 (C) “formando-se no ano de 1976.” (D) “seu primeiro livro foi lançado pela Ática. ”

Texto 2

A MENINA DO LEITE



Laurinha, no seu vestido novo de pintas vermelhas, chinelos de bezerro, treque, treque, treque, lá ia para o mercado com uma lata de leite à cabeça - o primeiro leite da sua vaquinha mocha. la contente, rindo-se e falando sozinha.

- Vendo o leite - dizia, e compro uma dúzia de ovos. Choco os ovos e antes de um mês já tenho uma dúzia de pintinhos. Morrem... dois, que sejam, e crescem dez - cinco frangas e cinco frangos. Vendo os frangos e crio as frangas, que crescem e viram ótimas botadeiras de duzentos ovos por ano cada uma. Cinco: mil ovos! Choco tudo e lá me vêm quinhentos galos e mais outro tanto de galinhas.

Vendo os galos. A dois cruzeiros cada um - duas vezes cinco, dez... - mil cruzeiros.... Posso então comprar doze porcas de cria e mais uma cabrita. As porcas dão-me, cada uma, seis leitões. Seis vezes doze.

Estava a menina neste ponto quando tropeçou, perdeu o equilíbrio e, com a lata e tudo, caiu um grande tombo no chão.

Pobre Laurinha!

Ergueu-se chorosa, com um ardor de esfoladura no joelho; e enquanto espanejava as roupas sujas de pó viu sumir-se, embebido pela terra seca, o primeiro leite da sua vaquinha mocha e com ele os doze ovos, as cinco botadeiras, os quinhentos galos, as doze porcas de cria e a cabritinha - todos os belos sonhos da sua ardente imaginação...

Fábulas, Monteiro Lobato

Vamos imaginar que essa história aconteceu nos dias de hoje e por isso usaremos a nossa atual moeda, o real:

3) "Observe o trecho: "[...] cinco frangas e cinco frangos. Vendo os frangos e crio as frangas que crescem e viram ótimas botadeiras de 200 ovos por ano cada uma. Cinco; mil ovos! Qual é o raciocínio matemático de Laurinha?"

.....

4) Como você pode explicar esse trecho: "Vendo os galos a dois reais cada um - duas vezes cinco, dez! Dez reais. 'Qual a expressão matemática que podemos escrever para expressar esse raciocínio'?"

.....

5) Uma escola recebeu a doação de 3 caixas de 1 000 livros, mais 8 caixas de 100 livros, mais 5 pacotes de 10 livros, mais 9 livros. Esta escola recebeu:

(A) 3 589 livros. (B) 3859 livros. (C) 30 859 livros. (D) 38 590 livros.

6) Carlos fez esta multiplicação, mas apagou o resultado.

425
x 3
——

Faça você também a conta. Qual é o resultado?

(A) 1265 (B) 1275 (C) 1295 (D) 1375

7) Numa fazenda, havia 524 bois. Na feira de gado, o fazendeiro vendeu 183 de seus bois e comprou mais 266 bois. Quantos bois há agora na fazenda?

(A) 507 (B) 607 (C) 7074 (D) 727

-
- 8) Uma professora ganhou ingressos para levar 50% de seus alunos ao circo da cidade. Considerando que essa professora leciona para 36 alunos, quantos alunos ela poderá levar?
(A) 9 (B) 18 (C) 24 (D) 36
-

- 9) Maria, limpando a sua bolsa, encontrou as seguintes notas e moedas:



Quantos reais ela tinha na sua bolsa?

- (A) R\$ 9,00 (B) R\$ 9,90 (C) R\$ 10,10 (D) R\$ 10,15
-

Boa prova!!

